

\* Ensaio

## **Desenvolvimento sustentável e governança global em saúde – Da Rio+20 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pós-2015**

### **Paulo Marchiori Buss**

Coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde/Fiocruz. Membro titular da Academia Nacional de Medicina.

buss@fiocruz.br

### **José Roberto Ferreira**

Coordenador de Programa do Centro de Relações Internacionais em Saúde/Fiocruz. Doutor Honoris Causa pela Escola Nacional de Saúde Pública / Fiocruz.

ferreirj@fiocruz.br.

### **Claudia Hoirisch**

Pesquisadora do Centro de Relações Internacionais em Saúde/Fiocruz. Mestre em Gestão Empresarial / FGV.

claudiah@fiocruz.br

### **Álvaro H. Matida**

Álvaro H. Matida. Assessor para América Latina e Caribe do Centro de Relações Internacionais em Saúde/Fiocruz. PhD em Saúde Pública / Epidemiologia.

almatida@fiocruz.br

DOI: 10.3395/reciis.v6i3.636pt

---

## **Resumo**

Os autores examinam o documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida como Rio+20, realizada em junho de 2012 analisando o papel da economia verde no processo de desenvolvimento e na erradicação da pobreza, bem como os requisitos para uma governança equilibrada das dimensões ambiental, econômica e social. O documento final da CNUDS, intitulado 'O Futuro que Queremos', defende um sistema multilateral inclusivo e propõe o estabelecimento de um fórum político intergovernamental de alto nível, a partir da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), assim como o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realçando a necessidade de ampla participação dos programas, fundos e agências das Nações Unidas, incluindo as instituições financeiras internacionais. Reconhece a saúde como pré-condição e resultado para as três dimensões do desenvolvimento sustentável e destaca a importância de estabelecer objetivos coerentes e integrados à Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015, além dos três ODM diretamente relacionadas à saúde. Os Estados Membros insistiram no cumprimento dos compromissos relacionados à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), incluindo a dedicação de 0,7% do PIB de países desenvolvidos para apoiar os países em desenvolvimento e enfatizaram a possibilidade de obtenção de recursos adicionais através da cooperação sul-sul e da cooperação triangular,

como expressão de solidariedade entre os países e, destacaram a importância das flexibilidades do Acordo TRIPS para um melhor aproveitamento das tecnologias necessárias ao desenvolvimento. Finalmente, aprovaram o estabelecimento de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar proposta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem incorporados à agenda de desenvolvimento pós-2015, o que deverá contar com o apoio técnico de todas as Agências das Nações Unidas (BM, FMI, OMC, incluindo agências sociais como OMS, entre outras). O resultado desse esforço será apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2013, a tempo de poder influenciar a formulação dos ODM pós-2015, especialmente para melhorar a saúde humana.

**Palavras-chave:** Rio + 20; Desenvolvimento sustentável; Governança global em saúde; ODM pós-2015; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Cooperação sul - sul

## **Introdução**

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - CNUDS, Rio+20, foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, entre os dias 20 e 22 de Junho de 2012. Participaram representantes de 191 Estados-Membros das Nações Unidas e observadores, incluindo vários Chefes de Estado ou de Governo e um grande número de Ministros (RIO+20, 2012a). O principal resultado da Conferência foi o relatório oficial intitulado "O Futuro que Queremos" (THE FUTURE..., 2012a) o qual inclui a dimensão da saúde como um importante componente, que merece uma análise mais abrangente no contexto do desenvolvimento sustentável, tal como descrito no presente documento.

A declaração final da Cúpula Rio +20 reconhece que "a saúde é uma pré-condição para, um resultado de, e um indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável". A declaração do Rio terá um papel importante no debate pós-ODM por sua decisão de estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Conferência renova "o compromisso [dos Estados Membros das Nações Unidas] com o desenvolvimento sustentável e a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável (...)" e reconhece que a "erradicação da pobreza é o maior desafio do mundo atual e uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável", incluindo a promoção do "empoderamento dos pobres e das pessoas em situações vulneráveis", "eliminando barreiras às oportunidades, aumentando a capacidade produtiva, o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e promovendo o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos complementado por políticas sociais eficazes, (...)" assim como "níveis mínimos de proteção social", com vistas ao alcance dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM).

Apesar do fato da CNUDS não ter sido capaz de iniciar novos processos e modificar significativamente a estrutura de governança internacional ou estabelecer objetivos e metas concretos, a Conferência reafirmou conceitos e compromissos chave e criou oportunidades futuras para que a Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) e outros fóruns multilaterais possam dar forma ao verdadeiro legado da Rio +20.

## **Temas centrais na Rio+20**

A 'economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável (DS) e da erradicação da pobreza' foi um dos temas centrais da Conferência. O documento reconhece que existem diferentes abordagens e instrumentos disponíveis para implementar a economia verde, que, idealmente, deveriam ser guiados pelos Princípios da Rio 92, pela Agenda 21 e pelo Plano de Implementação de Joanesburgo, e deveria contribuir para o alcance de objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os ODM.

Apesar de concordar com os princípios estabelecidos, incluindo o de não haver restrições encobertas ao comércio internacional e o de evitar imposições de condicionalidades injustificadas na ajuda oficial (RIO+20, 2012b), o conceito de economia verde assumido pelo documento oficial foi severamente criticado por ambientalistas e ativistas devido à sua dimensão exclusivamente econômica que mantém os atuais modos de produção e consumo, a real causa das atuais crises econômica, social e ambiental, restringindo-se exclusivamente a estabelecer um ambiente propício aos negócios internacionais de 'tecnologias verdes', geralmente dominadas pelos países desenvolvidos (WHAT..., 2012; THE GREEN..., 2012).

Outro tema significativo da Rio+20 foi a 'governança para o desenvolvimento sustentável'. Apesar de não apresentar uma proposta concreta para transformar a atual estrutura de governança global para o desenvolvimento e o ambiente, o documento final aponta que o futuro quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (IFSD, em seu acrônimo em inglês) deve incluir as dimensões ambientais, econômicas e sociais de forma equilibrada. A fim de reforçar o Quadro Institucional, é necessário fortalecer a coerência, reduzir a fragmentação, evitar a duplicação, ao mesmo tempo em que aumenta a eficácia e a transparência. O documento também defende o reforço da coordenação e a cooperação; promover a participação plena e efetiva de todos os países no processo decisório; engajar líderes políticos de alto-nível; promover uma interface entre a ciência e a política; aumentar a participação e o engajamento efetivo da sociedade civil e de outras partes interessadas; e promover a revisão e a avaliação do progresso na implementação de todos os compromissos assumidos em relação ao desenvolvimento sustentável, incluindo aqueles relacionados aos meios de implementação.

O documento de Rio defende um sistema multilateral inclusivo, transparente, reformado, fortalecido e eficaz que possa enfrentar hoje os urgentes desafios globais para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a universalidade e o papel central das Nações Unidas e o fortalecimento de seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC, em inglês).

O documento final do Rio pede à AGNU que estabeleça um fórum político intergovernamental de alto nível, construído a partir da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) e suas experiências e modalidades de participação inclusivas, promovendo uma integração equilibrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável e que, posteriormente, substituirá a CDS. O fórum de alto nível pode deveria fortalecer a interface entre ciência e política na forma de um relatório global sobre desenvolvimento sustentável.

O documento solicita que a AGNU, em sua 67<sup>a</sup> sessão (setembro de 2012), adote uma resolução que fortaleça e modernize o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A proposta inclui o estabelecimento da filiação universal em seu Conselho

Administrativo; o fortalecimento do engajamento do PNUMA nos principais órgãos de coordenação das Nações Unidas; promover o desenvolvimento de capacidades, bem como facilitar o acesso às tecnologias e fortalecer a sua presença regional.

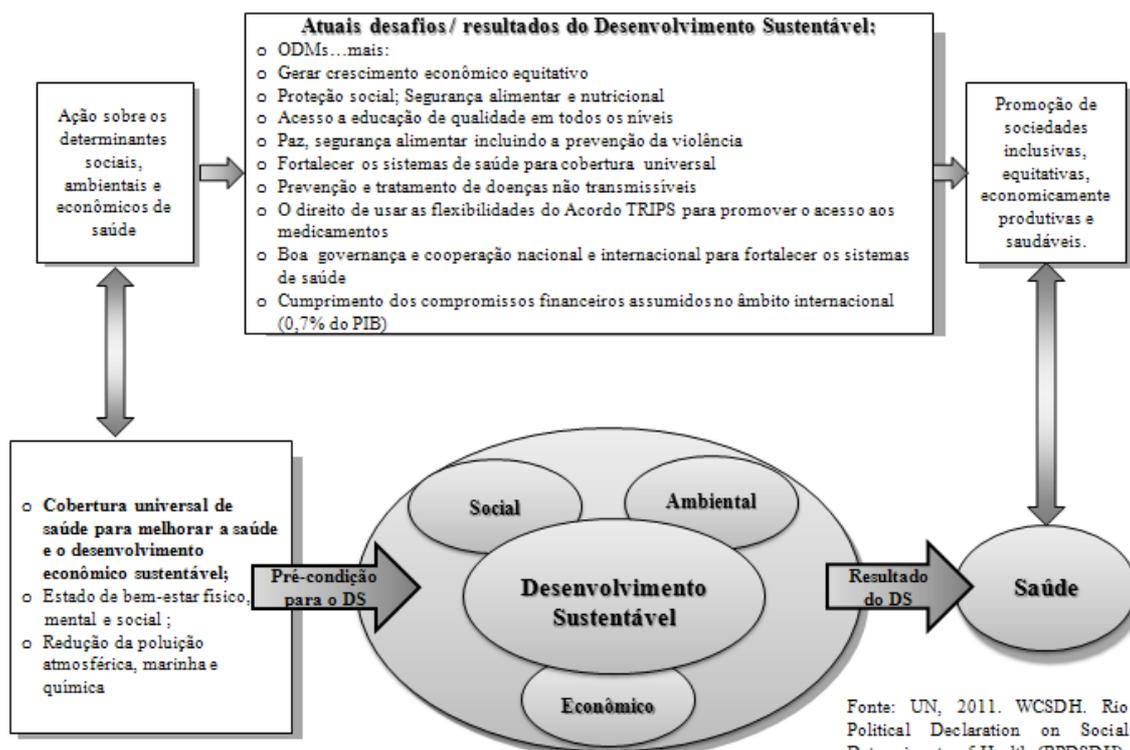
Por fim, o documento reconhece que o desenvolvimento sustentável deve ser devidamente considerado pelos programas, fundos e agências especializadas do sistema das Nações Unidas e outras entidades relevantes, incluindo as instituições financeiras internacionais. Ele também reconhece a importância de ter dados e informações integradas sobre as três dimensões do desenvolvimento sustentável e conclama aos países a fortalecer as instituições nacionais, subnacionais e/ou locais, e os órgãos e processos pertinentes dos múltiplos interessados que promovam o DS.

## Saúde

A declaração final reconhece que a "saúde é uma pré-condição para, além de um resultado e indicador, de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável" (THE FUTURE..., 2012b).

Os principais destaques em relação à saúde no documento final da CNUDS estão resumidos na Figura 1 (THE FUTURE..., 2012; RIO..., 2011). Além dos três ODM diretamente relacionados à saúde, todos os demais também estão relacionados com o tema. O esquema abaixo expande os ODM e apresenta atuais desafios e resultados para o desenvolvimento sustentável que podem vir a resultar em sociedades mais inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis.

**Figura 1** - A saúde é uma pré-condição para, além de um resultado e indicador das três dimensões do Desenvolvimento Sustentável.



Elaborado por: BUSS, P.M.; FERREIRA, J.R., HOIRISCH, C., 2012.

Fonte: UN, 2011. WCSDH. Rio Political Declaration on Social Determinants of Health (RPDSDH); UN, 2012. UNCSO. The future we want (TFWW).

Além dos compromissos ligados à saúde estabelecidos durante a CNUDS, muitas das demais questões extra-setoriais explicitadas na Declaração têm efeitos sobre a saúde e o bem-estar da população mundial: erradicação da pobreza; água e saneamento; segurança alimentar, nutricional e agricultura sustentável; emprego, trabalho decente; proteção social como direito; transporte; cidades sustentáveis e assentamentos humanos adequados; educação, equidade de gênero e empoderamento das mulheres; mudanças climáticas; desertificação, degradação do solo e seca; produtos químicos e resíduos; consumo e produção (sustentáveis), entre outros temas sociais e/ou ambientais. A detida análise de cada um desses 'determinantes extra-setoriais da saúde' deveria ser parte do processo de planejamento do desenvolvimento sustentável em cada país e considerar seu impacto sobre a saúde humana.

O documento de Rio reconhece a importância de estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser coerentes e integrados à Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015. Deverão os ODS ser os sucessores dos ODM? Se não, como integrar ambos os conjuntos de forma harmônica e produtiva? Segundo o documento, o desenvolvimento dos ODS não deveria tirar o foco nem deslocar esforços para o cumprimento dos atuais ODM.

O documento sublinha que os ODS devem estar orientados para a ação, além de serem concisos e fáceis de comunicar, limitados em número, ambiciosos, de natureza global e aplicáveis universalmente a todos os países, ao mesmo tempo em que consideram as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento dos países e respeitem as políticas e prioridades nacionais. Os objetivos deveriam focar em áreas prioritárias para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

## **Financiamento**

Em relação ao financiamento futuro do desenvolvimento sustentável, os Estados-Membros instam as instituições financeiras internacionais, os Estados-Membros das Nações Unidas e outras partes interessadas para continuar a fornecer recursos financeiros, especialmente por meio de mecanismos específicos para a promoção do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento, estabelecendo um processo intergovernamental, sob os auspícios da AGNU por meio de uma de consulta ampla e aberta. O processo deverá avaliar as necessidades de financiamento, considerar a eficácia, coerência e sinergias dos instrumentos e marcos existentes, além de avaliar iniciativas adicionais, que possam servir de opções para estratégias de financiamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Os Estados-Membros reconhecem que é crucial que todos os compromissos relacionados à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) sejam cumpridos, incluindo os acordados pelos países desenvolvidos de dedicar 0,7% de seus respectivos PIB para países em desenvolvimento. Existem referências para a obtenção de fundos de uma "série de fontes" ou de "novas parcerias e fontes de financiamento inovadoras", um sinal para a pouca importância e *quantum* reduzido no financiamento dos governos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento (RIO+20, 2012b). Isso significa que novas e adicionais fontes de recursos não foram acordadas. A única referência a recursos adicionais que está atrelada à responsabilidade é o parágrafo que trata de cooperação sul-sul e da cooperação triangular (SOCIAL WATCH, 2012a). Nesse sentido, a 'cooperação sul-sul' deve ser vista como uma

expressão de solidariedade e cooperação entre os países, baseada em suas experiências e objetivos compartilhados; e ambas as formas de cooperação apoiem uma agenda de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e expectativas de países em desenvolvimento.

Na seção de tecnologia, o termo de compromisso menciona a transferência de tecnologias em condições favoráveis aos países em desenvolvimento, incluindo em termos concessionais e preferenciais "conforme mutuamente acordado". Existem referências gerais relativas à transferência de tecnologia, mas o discurso utilizado é evasivo no que tange a assuntos sensíveis, incluindo os direitos de propriedade intelectual. Isto porque os países desenvolvidos argumentaram durante o curso das negociações que tecnologias são bens privados e como tal devem ser adquiridas pelo seu preço integral. Foram feitas menções ao direito de uso das flexibilidades do Acordo TRIPS para a proteção da saúde pública e a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que reafirmou as flexibilidades do TRIPS. A declaração expressa de que os Estados-Membros podem contornar os direitos de patente para melhorar o acesso aos medicamentos essenciais (SOCIAL WATCH, 2012b).

## **Perspectivas**

A atual discussão sobre os ODS deverá atentar para dois processos conduzidos no âmbito das Nações Unidas: a implementação e a análise dos ODM ainda em curso, e a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015. Estes dois processos irão contribuir para o quadro pós-2015 que irá eventualmente suceder os ODM, e portanto, deverão ser levados em consideração como um quadro em potencial para a construção dos ODS.

Na CNUDS, os Estados concordaram que deve ser estabelecido um Grupo de Trabalho aberto (GT) com o objetivo de desenvolver uma proposta para os ODS para a agenda de desenvolvimento pós-2015. O grupo é composto por 30 representantes dos Países Membros das Nações Unidas, oriundos de diferentes regiões, com o objetivo de garantir uma representação justa, equitativa e equilibrada geograficamente. O GT irá assegurar o pleno envolvimento das partes interessadas e *expertise*, garantindo uma diversidade de perspectivas e experiências, trabalhará entre setembro de 2012 e setembro de 2013, submetendo relatório à 68ª sessão da AGNU (2013) contendo uma proposta para os ODS, para sua consideração e tomada de ações apropriadas.

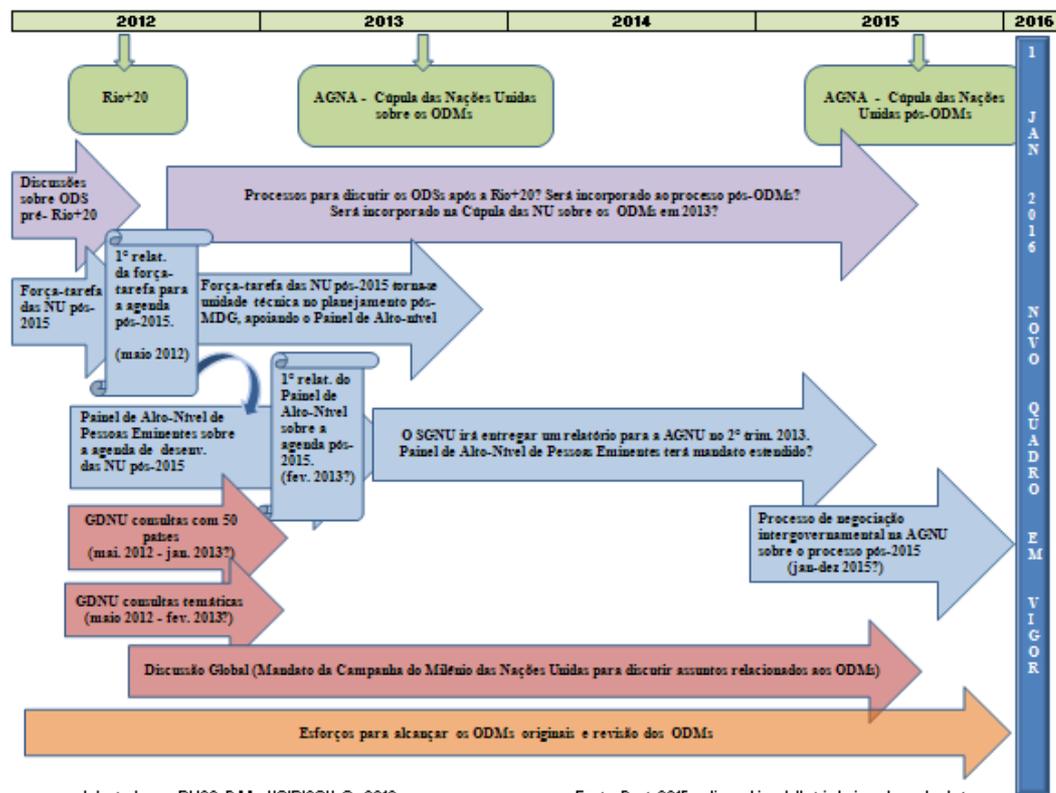
O painel é co-presidido pelo Presidente da Indonésia, pela Presidente da Libéria e pelo Primeiro Ministro do Reino Unido. Os membros restantes do Painel são personalidades de Brasil; China; Colômbia; Cuba; México; Índia; Benin; Estados Unidos; França; Alemanha, Suécia; Países Baixos; Japão; Jordânia; Quênia; Letônia; Nigéria; Federação Russa; África do Sul; República da Coreia; Timor Leste; Turquia e Iêmen e mais um membro *ex officio* o qual será o Conselheiro Especial do Secretário-Geral para o pós-2015 e servirá de elo com o sistema das Nações Unidas (UN SECRETARY, 2012).

A fim de oferecer o apoio técnico necessário ao processo e ao trabalho do GT aberto, o Secretário-Geral das Nações Unidas estabeleceu uma equipe com representação de todas as agências e programas pertinentes das Nações Unidas (incluindo o BM, o FMI, a OMPI, a OMC, e as "agências sociais da ONU, inclusive a OMS"), além de painéis de especialistas (REALIZING..., 2012; UN SYSTEM..., 2012). A força-tarefa das Nações Unidas (*UN System*

*Task Team*) coordenará um processo político oficial pós-2015, e fará contribuições técnicas as quais incluem uma avaliação crítica dos ODM, os desafios emergentes de desenvolvimento (como o mundo mudou desde 2000), a redefinição de uma parceria global para o desenvolvimento (como o novo quadro deve ser ampliado e quais serão os atores) e, entre outros, a avaliação de possíveis formatos para o pós-2015.

O primeiro relatório da referida força-tarefa sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 já foi publicado (REALIZING..., 2012) e servirá de diretriz para o trabalho do Painel de Alto Nível (*UN High-Level Panel*) (Figura 2) (UN POST-2015, 2012a). O relatório recomenda que os novos objetivos sejam elaborados a partir dos aspectos exitosos (forças) dos ODM, que sejam universalmente aplicáveis, mas permitindo ajustes das metas dependendo das condições regionais, nacionais e subnacionais, em conformidade com os padrões internacionais, e devem estar baseados nos princípios fundamentais dos direitos humanos, da igualdade e da sustentabilidade. Com base nas lições aprendidas dos ODM, o quadro estabelecido pós-2015 deverá manter o formato de objetivos, metas e indicadores concretos (REALIZING..., 2012). Enquanto os ODM aplicavam-se aos países em desenvolvimento, os ODS deverão ser direcionados tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento.

**Figura 2** - Esboço dos processos para os ODS (em verde), quadro pós-2015 (azul), consultas para a agenda pós-2015 (vermelho) e implementação dos atuais ODM e revisão dos ODM (laranja) (UN POST-2015, 2012a.)



Adaptado por BUSS, P.M e HOIRISCH, C., 2012

Fonte: Post-2015 policymaking: 'What is being planned, what might actually happen, and CAFOD's current policy lines. Executive Summary. Março de 2012.

Ao preparar o relatório, o Painel deverá levar em conta: (i) a Declaração do Milênio, o Documento Final da Rio+20; (ii) como já foi mencionado, as perspectivas do relatório da força-tarefa do Sistema das Nações Unidas para a preparação da Agenda de desenvolvimento pós-2105 das Nações Unidas, bem como as lições aprendidas e melhores práticas dos ODMs; (iii)

as recomendações de diversas consultas nacionais e temáticas em nível regional e nacional relativas à agenda pós-2015, os quais serão coordenados pelo Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas; (iv) o trabalho em curso da força-tarefa das Nações Unidas, do Conselheiro Especial do SG para a agenda pós-2015, entre outros (UN SECRETARY ..., 2012).

Consultas nacionais serão organizadas por regiões geográficas da OMS (África, Américas, Mediterrâneo Oriental, Europa, Sudeste Asiático e Pacífico Ocidental) em 50 países do Sul até janeiro de 2013 (UN POST-2015, 2012b). O objetivo é influenciar um processo intergovernamental ao amplificar as vozes dos mais pobres e como resultado, esperam-se recomendações mais claras e pertinentes para os governos. O Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (GDMU) facilitará consultas regionais / globais com a academia, a mídia, o setor privado, a sociedade civil e outros para discutir questões temáticas e transversais na agenda global pós-2015. Os temas a serem considerados, entre outros aspectos da saúde, incluem as questões relacionadas aos ODM 4, 5 e 6, além das doenças não transmissíveis, sustentabilidade ambiental, crescimento e emprego (incluindo a proteção social), a educação, inequidades, a governança em todos os níveis.

O resultado das consultas nacionais e das reuniões temáticas será consolidado em um único relatório a ser publicado no primeiro trimestre de 2013. O Painel apresentará suas recomendações ao Secretário-Geral no segundo trimestre de 2013, que, por sua vez, submeterá um relatório aos Estados Membros. O relatório servirá como insumo para o relatório do SG em relação ao evento especial sobre o acompanhamento dos esforços para se atingir os ODM (Cúpula das Nações Unidas sobre os ODM) em setembro de 2013 (REALIZING..., 2012), o qual fornecerá uma boa oportunidade para se chegar a um consenso inicial sobre o quadro de desenvolvimento pós-2015.

É importante que, entre a Assembleia Geral das Nações Unidas em 2013 e o ano de 2015, sejam intensificados os esforços para alcançar um consenso intergovernamental, ao mesmo tempo em que se dê continuidade a um processo inclusivo e aberto para refinar o conteúdo e o arcabouço da futura agenda de desenvolvimento. Especialmente a dimensão da saúde, agora incluída no documento final, deve ser reforçada para garantir uma visão contemporânea dos ODS com uma ampla influência sobre os ODM pós-2015 para melhorar a saúde humana. Para tanto, espera-se papel protagonista do Conselho Executivo da OMS (Janeiro de 2013) e da própria Assembleia Mundial da Saúde (Maio de 2013).

## **Discussão e conclusões**

O processo político proposto é complexo para a conjuntura pós-Rio + 20 até 2015 e além. Se não forem resolvidos os impasses que estavam presentes na Rio+20, derivados principalmente de conflitos de interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto às orientações a serem adotadas quanto à economia verde e mesmo a nova institucionalidade que daria suporte ao desenvolvimento sustentável, é possível que as indefinições se arrastem para além do razoável.

Outro componente que seguramente matiza as perspectivas imediatas e a mais longo prazo é a crise econômica global. Nem Estados Unidos, nem Europa, ou os países mais ricos da Ásia manifestaram grande interesse em abrir os cofres para compor o fundo global de US 30 bilhões que deveria ter sido anunciado na Rio+20. Como a crise persiste, corre-se o risco de

que por mais criativas e brilhantes que sejam as propostas alcançadas nas próximas rodadas de negociação, elas não passem de arranjos retóricos, sem efetividade prática.

A preocupação de muitos é que a lentidão nos avanços nas negociações políticas inter-governamentais nos próximos anos venha a conduzir o mundo a um estado de insolvência ambiental irreversível. Por isso, uma alta aposta está sendo feita na sociedade civil mundial organizada que, somando múltiplos interesses convergentes (ativistas do clima, da agricultura ecológica, da desaceleração econômica, da equidade em saúde e tantos outros) possa pressionar internamente cada país para que tomem posições coerentes no plano global, capazes de levar a acordos quanto a uma agenda pós-2015 que cresça com redistribuição, sem agredir ambientalmente um planeta já tão frágil.

## Referências

THE FUTURE we want. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (Rio+20), 2012a, Rio de Janeiro, Brazil. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

THE FUTURE we want. Zero draft of the outcome document .In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (Rio+20), 2012b, Rio de Janeiro, Brazil. Disponível em: <[http://www.uncsd2012.org/content/documents/370The%20Future%20We%20Want%2010Jan%20clean%20\\_no%20brackets.pdf](http://www.uncsd2012.org/content/documents/370The%20Future%20We%20Want%2010Jan%20clean%20_no%20brackets.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2012.

THE GREEN economy is not the future that WE want. In: PEOPLE'S SUMMIT AT RIO+20 FOR SOCIAL AND ENVIRONMENTAL JUSTICE, 2012, Rio de Janeiro, Brazil. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/en/2012/04/the-green-economy-is-not-the-future-that-we-want/>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

REALIZING the future we want for all. Report to the Secretary-General, UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda. New York, June 2012. Disponível em:<[http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Post\\_2015\\_UNTTreport.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Post_2015_UNTTreport.pdf)>. Acesso em: 9 jul. 2012.

RIO Political Declaration on Social Determinants of Health In: WORLD CONFERENCE ON SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH. 2011, Rio de Janeiro, Brazil. Disponível em: <[http://www.who.int/sdhconference/declaration/Rio\\_political\\_declaration.pdf/](http://www.who.int/sdhconference/declaration/Rio_political_declaration.pdf/)>. Acesso em: 2 ago. 2012.

RIO+20 in Numbers In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (Rio+20), 2012a, Rio de Janeiro, Brazil. Disponível em:<<http://www.uncsd2012.org/index.php?page=view&nr=1304&type=230&menu=39>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

RIO+20: Mandated follow-up actions are key. **TWN RIO+20. Update.** n. 23, 25 Jun. 2012b. Disponível em: <[http://www.twinside.org.sg/title2/rio+20/news\\_updates/TWN\\_update23.pdf](http://www.twinside.org.sg/title2/rio+20/news_updates/TWN_update23.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2012.

SIXTY-sixth session. Agenda item 126. A/RES/66/115. Global health and foreign policy. Journal of the United Nation.s n.41, 1 Mar. 2012. Disponível em:<<http://www.un.org/Docs/journal/En/20120301e.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

SOCIAL WATCH: poverty eradication and gender justice. IP Rio+20 Climate talks finish with little IP. Flexibilities under fire. 2012b. Disponível em: <<http://www.ip-watch.org/2012/06/25/rio20-climate-talks-advance-with-little-ip-flexibilities-under-fire/>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

SOCIAL WATCH: poverty eradication and gender justice. Rio 2012: Tough Fight over financial resources and technology transfer. 2012a. Disponível em: <[www.socialwatch.org/node/15082](http://www.socialwatch.org/node/15082)>. Acesso em: 28 jun. 2012.

UN [UNITED NATIONS] POST-2015 framework. International Trade Union Confederation. 2012b. Disponível em: <[http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/post\\_2015\\_-\\_tudcn\\_briefing\\_note.pdf](http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/post_2015_-_tudcn_briefing_note.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2012.

UN [UNITED NATIONS] POST-2015 policymaking: what is being planned, what might actually happen, and CAFOD's current policy lines. **Executive Summary**. Mar. 2012a. Disponível em: <[http://cafodpolicy.files.wordpress.com/2012/03/postmdgs-cafod-policy-march2012\\_signedoff1.pdf](http://cafodpolicy.files.wordpress.com/2012/03/postmdgs-cafod-policy-march2012_signedoff1.pdf)> Acesso em: 11 de set. 2012.

UN [UNITED NATIONS] SECRETARY-General Appoints High-level Panel on Post-2015. Development Agenda. Civil society, Private sector and Government leaders named to 26-member advisory Panel. New York, 31 Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/sg/offthecuff/?nid=2455>>. Acesso em: 11 set. 2012.

UN [UNITED NATIONS] SYSTEM Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda. Membership. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Task%20Team%20member%20entities.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2012.

WHAT is at stake at Rio+20: for unity and mobilization of peoples for life and commons, social and environmental justice against commodification of nature and "Green economy". In: PEOPLE'S SUMMIT AT RIO+20 FOR SOCIAL AND ENVIRONMENTAL JUSTICE, 2012, Rio de Janeiro, Brazil. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/en/2012/05/what-is-at-stake-at-rio20/>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

Recebido em: 30/08/2012

Aceito em: 21/09/2012